

## **“O negro não teve tanta força no Ceará”:** litoral intelectual cearense e as margens negras como possibilidades

*Maria Yasmim Rodrigues do Nascimento<sup>1</sup>*

**Resumo:** O trabalho discute o processo de construção de uma intelectualidade cearense protagonizada pelo litoral e como essa construção foi responsável pela negação dos traços étnicos do Ceará. Utilizo as reflexões sobre território, espaço, intelectualidade ocidentalizada para pensar qual território intelectual foi possível construir a partir de criação de agremiações literárias e da Universidade, quem esses espaços serviram e o que buscavam alcançar. Com reflexão de caráter inicial, foi possível perceber a quem serviu e serve a produção de conhecimento cearense, ancorada na compreensão de sociedade oitocentista, negadora das contribuições histórico, sociais e culturais de negros e indígenas. Sinalizo também para a criação de margens negras como possibilidades de desconstrução desses discursos, em que medida as resistências negras enunciadas nas margens podem alterar a compreensão social de um Ceará majoritariamente branco.

**Palavras-chave:** Território; Espaço; Intelectualidade Cearense; Raça; Resistencia

**Abstract:** The work discusses the process of construction of an intellectuality from Ceará carried out by the coast and how this construction was responsible for the denial of Ceará's ethnic traits. I use the reflections on territory, space, and westernized intellectuality to think about which intellectual territory it was possible to build from the creation of literary associations and the University, who these spaces served and what they sought to achieve. With an initial reflection, it was possible to understand who served and serves the production of knowledge from Ceará, anchored in the understanding of a 19th century society, which denied the historical, social and cultural contributions of blacks and indigenous people. I also point to the creation of black margins as possibilities for deconstructing these discourses, and to what extent the black resistance enunciated on the margins can change the social understanding of a mostly white Ceará.

**Keywords:** Territory; Space; Intellectuality from Ceará; Race; Opposition

**“The negro didn't have so much strength in Ceará”: intellectual coast from ceará and black margins as possibilities**

---

<sup>1</sup> Licenciada em História pela Universidade Regional do Cariri (URCA), mestra interdisciplinar em História e Letras pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Pesquisa apoiada com bolsa pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Compõe o grupo de pesquisa Caldeirão: Confluências anticoloniais.

## Introdução

O privilégio epistêmico dos homens ocidentais sobre o conhecimento produzido por outros corpos políticos e geopolíticas do conhecimento tem gerado não somente injustiça cognitiva, senão que tem sido um dos mecanismos usados para privilegiar projetos imperiais/coloniais/patriarcais no mundo. (GROSFOGUEL, 2016, p. 25).

Início este artigo com a passagem acima, do sociólogo Ramón Grosfoguel, afim de começar essa reflexão levantando a problemática que o referido autor discorre no seu trabalho, sobre “privilégio epistêmico”. Existe uma urgência em tratar como se construíram os espaços de produção de conhecimento, a quem essas produções e espaços tem servido e quais projetos de poder são mantidos secularmente a partir da formulação desses conhecimentos.

O autor já denuncia que esse privilégio tem servido para manter projetos de poder imperiais/coloniais/patriarcais no mundo, isso porque, as formulações das estruturas do saber respondem a uma sucessão de conquistas históricas protagonizadas por homens ocidentais, a exemplo, a conquista das Américas, a escravização dos africanos, as mulheres queimadas na Europa acusadas de bruxaria no século XVI, esse jogo de conquistas históricas protagonizadas por um grupo específico, possibilitou a criação das universidades ocidentalizadas fundamentadas nas compreensões teóricas coloniais. Neste sentido, quero refletir, a partir das noções de espaço-tempo, território e intelectualidade ocidentalizada como se coadunaram os debates em torno do território cearense e a fundamentação teórica que deu substrato a criação de um Ceará negador de seus traços étnicos negros.

Por um momento acreditamos que o debate em torno da presença de negros e indígenas no Ceará estaria superado e que o trabalho a partir de então seria de enfrentamento a outras facetas do racismo, estas, dissociadas da negação, no entanto, em 27 de julho de 2020, o jornal Diário do Nordeste, publicou uma pesquisa inédita no Brasil, segundo consta em matéria, reveladora das origens nórdicas dos cearenses, origens estas que superam negros e indígenas, a pesquisa analisou,

a pesquisa "GPS-DNA Origens Ceará" analisou as amostras de saliva de 160 cearenses, de todas as regiões do Estado e de várias etnias, a fim de mapear os povos que formaram essa população. Um dos objetivos era responder à pergunta-chave dos estudos de Parsifal Barroso no livro "O Cearense", lançado em 1969. À época, o autor se valeu de documentos e outros registros para construir sua teoria, mas, 50 anos depois, a tecnologia permitiu uma análise mais profunda das hipóteses.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/origem-do-cearense-nordicos-superam-indios-e-negros-na-genetica-1.2970540>. Acesso em: 26/09/2020.

Chamo atenção inicialmente para dois pontos: o primeiro diz respeito a quais espaços as pessoas selecionadas para fazerem parte da pesquisa pertencem? O segundo diz respeito a insistência em pensar o Ceará pela ótica de um único grupo. Existe a necessidade de questionar quem são os sujeitos responsáveis pela escrita da história do Ceará? Quais espaços eles pertencem e de que lugar eles falam? Grosfoguel (2016) já ofertou a chave de interpretação relacionada ao privilégio epistêmico, esses sujeitos considerados intelectuais, dentro dessa estrutura de conhecimento moderna e colonial possui um perfil peculiar, homem, branco, heterossexual e cristão, sequencia correspondente a matriz colonial de saber/poder. Assim, é necessária uma análise voltada para a construção do discurso sobre o Ceará enquanto território de saber e como isso constrói a ideia de território intelectual cearense. Dividirei a reflexão em dois momentos, a sessão que segue, intitulada: Território auto declarado intelectual cearense, tratará exatamente dessa construção do território intelectual do Ceará, como ele se afirma e se sedimenta. Em seguida, discutirei, de forma preliminar, as possibilidades de desconstrução de narrativas negadoras dos traços negros e indígenas cearenses enunciadas nas margens negras, em sessão intitulada: Margens negras como possibilidade.

### **Território auto declarado intelectual cearense**

Antônio Carlos Robert de Moraes (2002) discutiu como os territórios brasileiros são formados e qual o papel do Estado nessa formação. Para Moraes (2002) é somente com a crítica ao positivismo no final do século XIX que as teorias geográficas começam a pensar as dimensões processuais das construções dos territórios, a partir daí o território passa a ser visto como o resultado histórico das relações da sociedade com o espaço, o que Milton Santos chamou de relações espaço-temporais, particularizações de processos históricos que se materializam nos espaços. A questão a partir de então não será mais de descrever os territórios, como algo puramente geográfico, mas de percepção de processos sociais que os ordenam. (MORAIS, 2002, p. 52).

O início da educação e ensino no Ceará tem Fortaleza como cenário enunciador. Ainda na condição de Vila de Fortaleza, se apresentava como um território de destaque econômico e administrativo, possibilitando solo fértil para as primeiras investidas educacionais do Império. Raimundo Girão (1984) narrou essa afirmação de Fortaleza como lugar de saberes, conforme afirma,

O que assinala, em verdade, o começo da educação e ensino no Ceará é a instalação do Liceu, em 1845, com a sede em Fortaleza. Quanto existia antes a este respeito era rudimentar e atrasado. Escolas isoladas, pobres e raras, espalhadas pelo interior não muito diferentes das da capital. (GIRÃO, 1984, p. 215).

Ainda sobre o Liceu,

Era um externato, cuja montagem foi confiada ao padre Tomás Pompeu de Sousa Brasil (mais tarde o senador Pompeu). Ordenado no seminário de Olinda em 1841, dois anos após se bacharelou em Direito, e já havia conquistado o professorado do admirável estabelecimento, quando, a em permanecer no Ceará, afim de orientar o ensino provincial. Nomeado diretor do Liceu, e nesta qualidade da Instituição Pública, soube vantajosamente o padre Pompeu dar aplicação aos seus vastos conhecimentos teóricos e, dessa maneira, firmar o seu nome como o de quem, em primeira mão, pôde dar rumo e sistema ao adiantamento intelectual de sua terra. (GIRÃO, 1984, p. 218).

Girão (1984) oferta elementos relevantes para compreensão da criação de Fortaleza como lugar de saber e notoriedade no campo das letras. No entanto, é preciso perceber que no que concerne a edificação de nomes responsabilizados pela disseminação de um letramento, estes, atendiam a um perfil socialmente construído, substanciados pelas elites, basta observar quais formações detém o primeiro diretor do Liceu no Ceará, Tomás Pompeu, primeiramente ordenado padre, em seguida, bacharel em Direito, dois espaços de saber/poder responsáveis pelas primeiras experiências intelectuais dos sujeitos elitizados, estes, nessa lógica, receberam a tarefa de fazer ecoar esse conhecimento sedimentado nas leis e na cristandade<sup>3</sup>, a criação de escolas, dentro desse contexto está diretamente relacionada ao entendimento do “sujeito de direito” ou o cidadão de boa família, inventando uma compreensão limitada e excludente de cidadania e de acesso aos espaços de socialização de conhecimento originando uma intelectualidade de elite.

Castro-Gómez (2005) discutiu a escrita como um dispositivo legalizado de poder e sua capacidade de disciplinar as subjetividades. Para o autor o Estado Imperial se utiliza dos espaços educacionais para se legitimar e cria um modelo de cidadania inalcançável pelas camadas subalternizadas, em suas palavras,

A aquisição da cidadania é, então, um funil pelo qual só passarão aquelas pessoas cujo perfil se ajuste ao tipo de sujeito requerido pelo projeto da modernidade:

---

<sup>3</sup> Utilizo o conceito de cristandade a partir da definição proposta por Grosfoguel, conforme afirma: Cristandade é quando o cristianismo transforma-se em uma ideologia dominante utilizada pelo Estado. A cristandade emerge no século IV D.C., quando Constantino se apropria do cristianismo e o torna a ideologia oficial do Império Romano. (GROSFOGUEL, 2016, p. 28).

homem, branco, pai de família, católico, proprietário letrado e heterossexual. (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 174).

Neste sentido, os ordenamentos dos espaços e os processos que os constroem substanciaram a criação de uma ideia de território e povo cearense moderno/progressista. O movimento abolicionista cearense serve de base para a formação de um cenário de pessoas que se auto declaram intelectuais, balizadas por seus pares. A década de 1870 marcou o Ceará com relação ao surgimento de movimentos declarados intelectuais obstinados a se projetarem nacionalmente no campo da literatura brasileira. Neste sentido se fez necessária a criação de espaços que potencializassem a formação intelectual desses sujeitos. Tinhorão em *A província e o naturalismo* apresenta um panorama desses movimentos,

O aparecimento dos numerosos movimentos intelectuais no Ceará, sugeridos à sombra das academias, gabinetes de leituras e sociedades literárias- desde a Academia Francesa, de 1872, até a Padaria Espiritual, de 1892 – prende-se, fundamentalmente, ao advento de uma classe média nas principais cidades da província e, acima de tudo, em Fortaleza. (TINHORÃO, 2006 p. 21).

Mais uma vez, Fortaleza aparece como um solo profícuo para a legitimação do Ceará que se buscava alcançar na época. Ainda de acordo com Tinhorão (2006), esta razão está relacionada aos seus índices econômicos altos e rápidos e conseqüentemente surgiria uma nova classe social que não estava ligada a produção de riquezas, mas que compreendia a cultura como critério de ascensão,

E eis como surgiu em Fortaleza uma camada média, composta de burocratas que, por não estarem diretamente ligados à produção de riqueza, adotaram o aperfeiçoamento cultural como critério de ascensão social, passando a interessar-se pelos três temas que apaixonavam igualmente as camadas urbanas da Corte: a literatura, a libertação dos escravos e a República. (TINHORÃO, 2006, p. 24).

Nesse sentido surgiram agremiações culturais e literárias no cenário de Fortaleza, com o objetivo de endossar a percepção de que as águas do litoral banhariam o sertão do Ceará com o seu saber, Girão (1984) denominou esse processo de “desabrochamento intelectual cearense”, o momento que essa camada média enxerga o aperfeiçoamento cultural como critério de ascensão. Inicialmente, é importante apresentar as primeiras investidas educacionais cearenses, protagonizadas pelo litoral, essas demarcações de litoral/sertão demonstram um efeito de fronteira que cria uma dicotomia política e ideológica dos espaços. O saber concentra-se no litoral porque é de lá que sairá o modelo de progresso que percorrerá as linhas do interior. Ainda

de acordo com Girão (1984), a criação das escolas nos modelos de internatos possibilitaria o acesso à educação aos moços do sertão para dar-lhes casa e mesa.

No entanto, não se pode perder de vista que o privilégio de Fortaleza nesse campo coaduna com a ideia de sertão vinculada nesse contexto, conforme afirmou Moraes (2003) o sertão é uma materialidade simbólica, uma ideologia geográfica, os lugares tornam-se sertão na medida que despertam interesses políticos e econômicos, e só pode existir em oposição a outro espaço, essa dualidade corresponde a uma posição negativa e subordinada que o sertão ocupa,

Daí ela sempre se apresentar numa formulação dualista, como parte de uma realidade vista como cindida e dual, na qual a condição sertaneja ocupa a posição negativa ou subordinada. A dualidade mais repetida no pensamento social brasileiro opõe o sertão ao litoral, tomando o primeiro termo como sinônimo de hinterlândia, cobrindo, portanto, todo o vasto interior do território nacional. Nessa visão o contraponto se estabelece com a zona costeira, tida como o referente negativo (o “outro”) na caracterização da condição sertaneja. (MORAES, 2003, p. 4).

Abaixo, sistematizo em um quadro, para melhor visualização, algumas agremiações e faculdades criadas nesse contexto, estas, correspondentes a lógica discutida por Moraes (2003) e por Tinhorão (2006), quando pensou o Ceará e sua intelectualidade, que o litoral formularia um ideal de modernidade inalcançável pelo povo, bem como protagonizaria os empenhos de inserção cearense no cenário letrado da nação.

**Quadro 1:** Agremiações e faculdades do Ceará.

<b>Agremiação/Faculdade</b>	<b>Fundação</b>
<i>Biblioteca Pública da Província</i>	1867
<i>Gabinete Cearense de Leitura de Fortaleza</i>	1875
<i>Instituto Cearense de Humanidades</i>	1879
<i>Fortaleza Clube Iracema</i>	1884
<i>Instituto Histórico do Ceará</i>	1887
<i>Padaria Espiritual</i>	1892
<i>Centro Literário</i>	1894
<i>Faculdade de Direito do Ceará</i>	1903
<i>Faculdade de Farmácia</i>	1918
<i>Academia Cearense de Letras</i>	1922
<i>Faculdade de Economia</i>	1936
<i>Faculdade Católica de Filosofia</i>	1947
<i>Faculdade de Medicina</i>	1948
<i>Instituto Cultural do Cariri</i>	1953
<i>Universidade do Ceará</i>	1954

**Fonte:** Pequena História do Ceará. Raimundo Girão, 1984.

Diante da sistematização acima, informações encontradas na obra de Raimundo Girão, percebemos que existiu um investimento significativo na construção de uma identidade intelectual cearense, oriunda do litoral, sobretudo no que concerne a criação das Universidades. Antônio Martins Filho, na obra *História abreviada da UFC*, situa o contexto de criação da ainda, Universidade do Ceará, posteriormente Universidade Federal do Ceará. Martins Filho (1996) trata do interesse político em torno da criação de uma Universidade no litoral, uma vez que Fortaleza era considerada um centro de referência da cultura nacional. Reproduz na sua obra o discurso do então presidente do Conselho Nacional de Educação, professor Cesário de Andrade, em suas palavras,

Disse o emérito professor que, “por sua situação geográfica e pelo crescido número de estabelecimentos que ali funcionam, a cidade de Fortaleza está destinada a ser, dentro em breve, a sede de nova Universidade, que concorrerá para completar o quadro desses grandes centros de cultura nacional. (MARTINS FILHO, 1996, p. 15).

A narrativa em torno de uma superioridade intelectual cearense concentrada em Fortaleza acompanha as produções cearenses ao longo das décadas, arrisco dizer que esse fator tenha relação direta com o considerado pioneirismo do Ceará no contexto de luta por liberdade dos escravizados. Fortaleza, por ser zona portuária, concentrou os primeiros motins por libertação, destacada sobretudo nos folhetins e na literatura, Tinhorão (2006) afirma que o movimento pela abolição da escravatura era o que a nova classe média urbana que se formava em Fortaleza esperava para colocar seu ideário progressista em ação.

No entanto, destaco uma instituição especificamente que foi fundada com o objetivo de enaltecimento da figura do “cearense libertador”, o Instituto do Ceará, fundado em 1887, a escrita da história do Instituto Histórico voltou-se para fatos memoráveis do Ceará assim como a sua origem. No que se refere aos fatos memoráveis destaca-se: sua participação na Confederação do Equador (1824), a Abolição da Escravatura (1884). Sendo este fato o acontecimento a obter maior destaque nas páginas da Revista do Instituto Histórico, pois seus membros, segundo a historiografia oficializada, participaram “ativamente” do processo abolicionista o que influenciou diretamente na escrita enaltecida de uma suposta elite intelectual cearense, considerados responsáveis pelo processo evolucionista da província, como nos mostra Oliveira:

os elementos dessa narrativa estavam enquadrados no repertório de leituras desenvolvidas no Ceará, desde meados da década de 1870. Com a abolição em 1884, os „intelectuais mosqueteiros” encontravam uma nova luta pela evolução social. Colocada dentro de um padrão que era o da realidade positiva da província, e não uma utopia envolvida nas “brumas da paixão”, o projeto ilustrado de construção de

uma **escrita/narrativa para o Ceará** foi caracterizado pelos intelectuais cearenses da década de 1880 como uma necessidade primordial para o **processo de evolução da província**. (OLIVEIRA, 2001, p.52. Grifos meus).

A “escrita/narrativa para o Ceará”, nesse contexto progressista, não era qualquer escrita, se fazia necessária uma escrita da história que atendesse aos ideais de civilização, ou seja, uma escrita substanciada pelo viés colonialista, uma vez que o projeto de modernidade e colonialismo se fez presente na composição das ciências sociais como um todo, não se pode perder de vista que esse “processo de evolução da província” que tinha a escrita como ferramenta primordial, era um processo onde seus idealizadores e executores eram as elites da época.

Existe uma dinâmica que tenciona os usos do tempo no espaço habitado, acredito que as narrativas na construção do imaginário do cearense que está sempre à frente dos demais territórios, diz muito sobre o Ceará que sempre se buscou alcançar, a forma que nos relacionamos com o que chamamos de Ceará recebe uma dose alta de romantismo e saudosismo de um passado que a maioria de nós não viveu, mas que em algum momento temos acesso a narrativa que evoca esse lugar em constante busca pelo progresso.

Esse espaço que nos relacionamos através das narrativas que o circundam me faz questionar quem somos nós nesse espaço? A partir dessas narrativas sedimentadas do Ceará os negros, os indígenas, por exemplo, podem se sentir pertencentes a esse lugar? Em 1984, Pedro Alberto de Oliveira e Silva, sócio do Instituto do Ceará, corrobora com Gardner<sup>4</sup> e reproduz na íntegra em seu texto, uma descrição sobre a população do Ceará, sem problematizações ou contraposições, destaca,

Comentando sobre a população do Crato, vinte anos depois de Gardner, afirmava: “A pobreza, por indolência vive miseravelmente, porque a terra é muito produtiva.” (40) Quanto a “Gente do Ceará”, como um todo, refere-se “a gente acaboclada, ou do povo”, assim: “Pondo de parte alguns **poucos pretos**, e por consequência, também alguns **poucos mulatos**, todo povo do Ceará é de **raça cabocla**; mais ou menos mesclada com branco, e também de preto; **mas em geral ainda se conserva e bem o tipo americano...** (...) (SILVA, 1984, p. 70. Grifos meus).

---

<sup>4</sup> De nacionalidade britânica. Profissão: Botânico, zoólogo e médico. No Ceará, descreveu as manufaturas, a agricultura, a cultura, as festas religiosas e discorreu sobre o problema da seca. Escreveu Viagens no interior do Brasil: principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841, publicada em 1846, 1849 e em 1973, todas em inglês, sendo traduzida para o português apenas em 1942 e reeditada em 1975. Fonte: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_b\\_george\\_gardner.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_george_gardner.htm) Acesso: 15/09/2020.



Redireciono aqui um questionamento feito por David Harvey (2006), em *Espaço como palavra-chave*. Harvey (2006) discute os conceitos de espaço (espaço-tempo) absoluto, relativo e relacional e considera o espaço como sendo os três, pois existe uma dialética nos usos das espacialidades no qual o autor prefere manter, acreditando ser mais proveitoso pensar como as diferentes práticas humanas criam concepções diferentes sobre os espaços, para tanto é feita uma questão na construção desse argumento que me chamou atenção para refletir sobre que relação estabelecemos com o Ceará a partir das narrativas institucionalizadas e que tipo de pertencimento criamos? Partindo de indagações feitas por Du Bois, Harvey questiona,

– o que significa, ele perguntou, carregar em si mesmo a experiência de ser tanto negro quanto americano? Podemos complicar ainda mais a questão perguntando o que significa ser americana, negra, mulher, lésbica e da classe trabalhadora? Como todas essas relacionalidades entram na consciência política do sujeito? E quando consideramos outras dimensões – de migrantes, grupos de diásporas, turistas e viajantes e aqueles que assistem à atual mídia global e parcialmente filtram ou absorvem suas mensagens cacofônicas – então a questão primária com que estamos lidando é entender como todo este mundo relacional de experiência e informação se internaliza no sujeito político particular (ainda que individualizado no espaço e tempo absolutos) para suportar esta ou aquela linha de pensamento e de ação. Claramente, não podemos compreender o terreno mutável no qual subjetividades políticas se formam e ações políticas ocorrem sem pensar sobre o que acontece em termos relacionais. (HARVEY, 2006, p. 17).

Carregar em si mesmo a experiência de ser tanto negro quanto americano. Como todo este mundo relacional de experiência e informação se internaliza no sujeito político particular? Redireciono essas questões para o caso do Ceará, como ser negro em um espaço produtor de uma narrativa secular de negação de sua presença? Como desenvolver uma relação de pertencimento com esse espaço? A pesquisa mencionada no início deste trabalho, realizada no ano de 2020, aponta que não cessaram as investidas de negação da presença dos negos e indígenas no Ceará, as instituições elitizadas, a literatura, contribuíram para a construção de uma percepção negadora das origens étnicas cearenses, conforme concluiu a pesquisa,

As regiões que tiveram mais força na identidade cearense foram o sul da França e a chamada Fenoscândia - que abrange Noruega, Suécia, Finlândia e Dinamarca. Na segunda posição do ranking da maior influência genética, fica o ameríndio, que provém da Sibéria e entra no novo continente por meio do Estreito de Bering, ponte natural entre a Rússia e os Estados Unidos.<sup>5</sup>

Revelando assim uma origem nórdica do Ceará, acrescenta,

---

<sup>5</sup> Acima, na página 2, disponibilizo o link de acesso a matéria da pesquisa citada.

os dados genéticos "só se sustentam" se tiverem amparo em levantamentos históricos para explicar os fluxos migratórios ao longo dos séculos. Por exemplo: o estudo mostra que, apesar da contribuição histórica na formação do brasileiro, o negro não teve tanta força no Ceará.

A defesa de um Ceará majoritariamente branco é um marcador de uma escrita/ciência cearense oitocentista, mas que evoluiu para os séculos seguintes. O Instituto do Ceará, por exemplo, é um espaço de produção de saber enunciativo dessa exclusão étnica, e quando aparecem as marcas negras e indígenas vem atreladas do racismo característico da escrita colonial. Abaixo destaco passagens datadas dos séculos XIX, XX e XXI, afim de perceber o que muda nessas narrativas, vejamos.

No tomo de 1890, em uma descrição sobre a população da capitania do Ceará, Thomaz Pompeu demonstra preocupação com a união do elemento português com índios e negros, e no que isso podia trazer de malefício para a sociedade cearense: por outro lado, a primitiva mescla de portugueses com índios, e posteriormente com africanos, o relaxamento dos costumes, consequência desse facto (...)” (POMPEU, 1890, p.257).

No século seguinte, Pedro Alberto de Oliveira e Silva escreveu,

Não ser branco continuava um estigma. Como o escravo era uma pessoa de cor, e não trabalhar era uma das poucas coisas que os mestiços podiam ter incomum com a classe superior, trabalhar não era dignificante. O vulgo era ignorante, pobre e tinha preconceito contra o trabalho. (SILVA, 1984, p. 72).

Em 2003, Oswaldo Evandro Carneiro Martins afirma seu ponto de vista sobre a “negritude no Ceará”,

a negritude é o preconceito de cor às avessas, é o contrapreconceito, é a antítese que não leva a síntese nenhuma a apenas radicaliza a luta racial, cuja pacificação é um estado de permanente insegurança na consciência social ou é, pelo menos, **aquela relação de conformação**, que foi constatada por uma escritora norte-americana, de que o Brasil não haveria preconceito contra o **negro porque ele reconhece o seu lugar**. (MARTINS, 2003, p. 187. Grifos meus).

A partir dessas narrativas aqui expostas, é possível perceber que a instituição histórica, geográfica e antropológica, selecionada para problematizar os discursos raciais no Ceará, segue uma cronologia discursiva denunciadora do lugar epistêmico privilegiado que os escritores ocupavam. A narrativa direcionada aos grupos étnicos do Ceará é racista, marcada pela colonialidade e nos diz qual ideário de Ceará que as elites almejavam e almejam até hoje, uma vez que a pesquisa acima citada, mostra que a necessidade de criação de espaços de resistências

e de reafirmação de negros e indígenas se fazem sentir a cada momento. A construção das identidades raciais é pautada também na construção de espaços de representação para nós mesmos, como tratou Harvey (2006), nossas rotinas e o contato que estabelecemos com as representações espaciais nos possibilitam desenvolver uma estrutura de sentimentos ligados aos espaços, bem como, elencar elementos que nos ligue a eles.

Neste sentido, as populações negras e indígenas desenvolveram seus mecanismos de resistir, o que Ratts (1996) chamou de “territórios negros” e “territórios indígenas”, no que diz respeito ao reconhecimento e pertencimento étnico e demarcação de suas terras. Utilizo aqui a perspectiva étnica de Ratts (1996) com relação ao território negro para pensar até que ponto os negros puderam sentir se pertencidos ao território intelectual da universidade? Em que medida a universidade, pensada nos moldes ocidentalizados e para atender aos interesses de um grupo específico, como tratado anteriormente, pode ser percebida como um lugar que representa os interesses e sentimento de pertença desses grupos étnicos? A seguir, tentarei apontar, de forma preliminar, [uma vez que a pesquisa encontra-se em fase inicial] algumas margens como possibilidades de desconstrução dessas narrativas elitizadas com relação às características étnicas do Ceará, em sessão intitulada de: *Margens negras como possibilidade*.

### **Margens negras como possibilidade**

Os anos finais da década de setenta e década de oitenta, no Brasil, foram marcados pela ascensão de movimentos sociais negros organizados, o Ceará, também fez parte desse contexto de ascensão da militância negra, no entanto, diferente das pautas de outros estados brasileiros, na percepção de alguns ativistas cearenses, a pauta no Ceará não estava diretamente relacionada a democracia e justiça racial, mas ao fato de que os negros cearenses lutavam contra a invisibilidade. Nas palavras de Francisco Roserlândio, historiador, sacerdote da igreja católica e membro fundador dos Agentes de Pastorais Negros (APN'S) no Ceará,

Os APN's nasceram tentando responder a três itens, o primeiro item é, no caso do Ceará, o que fundamenta melhor isso, que é a questão da democracia racial. No Ceará foi então constatado que não era simplesmente a democracia, mas a invisibilidade, nós não existíamos. O segundo elemento é, como negros nós precisávamos estar inseridos nos movimentos sociais, não dava para separar a luta do movimento negro da luta dos outros movimentos sociais. A outra é, nós precisávamos definir ou pelo menos tentar definir o que nós entendíamos por quilombo (...) Nós precisávamos de uma fundamentação pra esse tipo de interpretação e essa interpretação era possível ser dada exatamente na medida que nós estivéssemos inseridos na vida acadêmica. Então alguns dos membros foram fazer os vestibulares da vida, naquela época, um pouco já direcionados: nós queremos está no meio da Universidade para a expressão era, enegrecer a Universidade. (Francisco Roserlândio, Crato-CE, 23 de ago. 2018)

A eleição e criação de uma memória em torno dessa negação impôs aos movimentos negros cearenses a obrigação de serem senhores de sua própria história, por isso a necessidade de entrar e enegrecer a Universidade como o próprio salienta. Direcionar as escolhas dos cursos de graduação tinha um propósito, as histórias narradas sobre as populações afro cearenses tinham sempre a mão de um outro, esse outro tinha cor, o propósito então, como lembra Francisco Roserlandio: “era romper a ideia de que os brancos viriam para fazer as pesquisas nas comunidades negras e nos quilombos, mas eram dos próprios quilombos e de negros vindos de outras áreas, da zona urbana nesse caso, que foram junto as comunidades para dar uma resposta” (*Francisco Roserlandio*, Crato-CE, 23 de ago. 2018).

Assim, questiono sobre quais bases são construídas as identidades raciais dos sujeitos e como isso implica nos movimentos negros organizados? O Ceará, aplicando uma das facetas do racismo, sustentou a ideia de ausência dos negros no seu solo e produziu cientificamente trabalhos que dessem sustentação a essa afirmativa, logo, as identidades raciais das comunidades negras foram frontalmente ameaçadas por essa compreensão colonizada de Estado genuinamente branco o que propiciou o alicerce de construção de identidades e categorias a partir de uma conotação racial definidora do lugar social de cada grupo<sup>6</sup>, como nos disse Quijano (2005),

E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas as hierarquias, lugares e papéis sociais correspondente, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial, foram estabelecidas como instrumento de classificação social básica da população (QUIJANO, 2005, p. 229).

Como ferramenta de contestação a essa relação historicamente hierarquizada pelo marcador racial, sobretudo dentro da ideia de dominação por parte da escrita da história, foi necessária a criação de um grupo de estudos de consciência negra. Hilário Sobrinho relata sobre a preocupação com a formação dessa intelectualidade negra, conforme afirma,

No Grucon-CE<sup>7</sup> sempre houve uma preocupação com a formação dos militantes. Foi esta entidade que apresentou o debate de raça e classe e introduziu a pesquisa, reflexão e a produção de conhecimento sobre a história, cultura, comunidades

---

<sup>6</sup> Quijano (2005) argumentou que a ideia de raça é uma invenção, ela aparece primeiramente como classificação dos “índios” não aos “negros”, assim, a raça como forma de classificação da população mundial, aparece muito antes da cor. Deste modo, a raça seria o primeiro e fundamental critério de divisão da população em níveis, lugares e papéis sociais na estrutura de poder na nova sociedade. (QUIJANO, 2005, p; 230).

<sup>7</sup> GRUCON-CE- Grupo de União e Consciência Negra do Ceará, um dos grupos que investigo na minha pesquisa de doutorado.

negras, quilombos, resistência e a presença negra na educação no Ceará. (SOBRINHO, 2019, p. 2)

A discussão em torno da democracia racial colocou a abolição da escravatura no Ceará como o centro, os espaços de produção historiográfica, destacando o Instituto Histórico do Ceará, no qual ocupou suas páginas objetivando o enaltecimento da terra da luz na medida em que demarcou fortemente as diferenças raciais no Ceará. O contexto aqui tratado coincide com o Centenário da Abolição<sup>8</sup>, a década de 1980, momento no qual o Ceará rende homenagens aos sujeitos históricos que supostamente seriam os responsáveis por esse feito, entretanto, esses sujeitos tinham cor, classe e formação acadêmica. O outro grupo, que compunham os movimentos negros cearenses, estabeleceu suas estratégias de resistência à um discurso oficializado e legalizado, como tratou Castro Gómez (2005), de um lado o Instituto Histórico do Ceará, elitista e colonizado de outro a resistência dos negros socialmente organizados na disputa pelo direito de existir.

Neste sentido, cabe aqui um retorno a essas estratégias de resistência, através dos usos da memória desses sujeitos protagonistas desse processo e problematizar quais foram os mecanismos utilizados por esses movimentos para se contrapor não só ao discurso oficializado mas para garantir a escuta de suas vozes. A abolição cearense na condição de fato histórico em diferentes discussões acadêmicas ocupou o ponto de partida para compreensão das tensões raciais do Ceará, no entanto, esses movimentos foram vitimados por uma compreensão de história unilateral, nas palavras de Roserlandio:

No Ceará a questão nunca foi da convivência igual e democrática, era de invisibilidade, tanto que no Seminário Negrada Negada o tema era: No Ceará não há negro. Era essa a pauta. Então a gente queria em todos os debates, todos os estudos, a partir daí saiu em função dessa questão, nós queríamos não querer provar, mas a gente provava e conseguia fundamentar que esse era o grande problema do Ceará. O pessoal que era de fora e estudava no Crato no Ceará, dizia ‘a gente chega no Ceará e o pessoal diz que aqui tem democracia racial porque a gente não sente o mesmo sufoco que tem em outras regiões’. O pessoal achava que todas as pessoas que faziam movimento negro no Ceará viessem de fora e porquê? Por que no Ceará não tem negro. (Francisco Roserlandio, Crato-CE, 23 de ago. 2018).

Assim, eleger a história dos negros no Ceará coube a um grupo restrito, no entanto, existia como tratou Roserlandio a luta pelo enegrecimento da Universidade e consequentemente

---

<sup>8</sup> O meu trabalho de mestrado, concluído na Universidade Estadual do Ceará intitulado: *Invenção da Liberdade: o Instituto Histórico do Ceará e o discurso racial do I Centenário da Abolição (1984)*. Tratou exatamente da presença do discurso que demarcou a diferença racial produzido pela referida instituição. Partindo das comemorações e enaltecimentos da terra da redenção o material historiográfico produzido e a memória criada em torno do feito estabeleceu os lugares que os sujeitos ocupariam, glórias aos cearenses brancos responsáveis pela liberdade dos cativos e esquecimento aos negros libertos.

da escrita da história, para ele, “Não era apenas está presente na Universidade, enquanto corpo, o enegrecimento significava fazer uma leitura da história do Ceará a partir da perspectiva dos próprios negros e das próprias comunidades” (*Francisco Roserlandio*, Crato-CE, 23 de ago. 2018). Hilário Sobrinho complementa que existia uma necessidade da socialização do saber que objetivava o despertar da Consciência Negra, assim: “o interesse do resgate da história do negro no Ceará surgiu. Fomos na verdade despertados e obrigados a pensar sobre este tema”. (SOBRINHO, 2019, p. 2).

O Ceará ergueu sua história sobre os princípios de redenção e da igualdade a partir da difusão do discurso do pioneirismo abolicionista. Dois princípios idealizados e executados de cima para baixo, ou seja, não beneficiou sua população na totalidade, pelo contrário, a hierarquizou. O fato é que esses indivíduos foram divididos em dois grupos, os que sempre tiveram poder [posteriormente transformados em heróis] e os que tem a liberdade, ainda que precarizada, concedida pelos primeiros. Acredito que as possíveis transformações sociais que teriam a abolição como alicerce levando esse fator em consideração não alteraram as estruturas de poder, pelo contrário, essa ideia de abolição concedida, de cima para baixo, narrada pela historiografia oficializada, só tem reforçado e favorecido um grupo ancorado na exclusão de outro. Neste sentido, Moreno chama atenção,

Falar de exclusão é falar de distância e ao mesmo tempo de fechamento. Já não se trata de fronteira e sim de muralha, de fora e de dentro. O que está dentro constrói sua muralha e delimita e defende assim seu território. É o que está dentro que constrói a muralha, não o de fora. Não se trata, contudo, da separação de territórios e sim da separação de condições de vida. (MORENO, 2005, p. 188)

Os espaços foram fechados, murados e essa hierarquia racial delimitou os que ficariam fora e os de dentro, neste sentido, resistências são criadas para reverter esse quadro, Moreno (2005) quando debate exclusão como um conceito, nos ajuda a compreender os relatos de Francisco Roserlandio, o não existir enquanto corpo no espaço social, não ser autor e nem protagonista da sua própria história, a luta para atravessar a muralha da Universidade. As separações estabelecidas, conforme nos mostra o referido autor, não é apenas de território, mas de condições de vida, está incluso aqui o direito de ser.

### **Considerações Finais**

As argumentações e perguntas [alguns ainda não respondidas em sua totalidade], foram oriundas das discussões propostas pela disciplina, História, Tempo e Espaço, ministrada pela professora Ana Sara Cortez, confesso que ainda não tinha me permitido discutir os

atravessamentos da minha pesquisa pela perspectiva teórica dos estudos sobre as espacialidades e territórios e como ambos precisam das dinâmicas do tempo para existir. Ao final percebo o quão imprescindível é tencionar como se construíram as narrativas sobre o território cearense que estão diretamente relacionadas a autoafirmação de uma intelectualidade vinda do litoral, que se auto afirmou assim, e defendeu e defende seu ideário de um Ceará que só existe para um determinado grupo elitizado e colonial.

O meu caminho, a partir daqui, é pensar os usos do tempo, do espaço e das narrativas históricas como ferramentas de afirmação e resistência de grupos negros, circulantes nos espaços de produção de conhecimentos. Discuti acima o processo de afirmação do litoral cearense como lugar enunciativo dos nossos saberes, era de Fortaleza que se esperava o ponto de elevação do Ceará intelectual, essas dicotomias litoral/sertão, centro/margem, servem de alerta para não esquecermos a quem serviu e servem as epistemologias ocidentalizadas, onde elas chegam, a quem elas têm pertencido e o que essas dicotomias tem fomentado. O lugar de criatividade de grupos negros tem sido meu caminho de análise, essa criatividade ultrapassa a dimensão textual e adentra ao direito de ser no mundo. O que é ser negro intelectual cearense? Trata-se de uma pergunta complexa. Sendo o Ceará negador dos seus traços étnicos negros e indígenas não será diferente com os saberes produzidos por esses povos colocados a margem.

Assim, sigo pensando as margens, auxiliada por Grada Kilomba (2019), não apenas como um espaço periférico, de perda ou de privação, mas como um espaço de resistência e de possibilidade. Penso que os movimentos sociais negros no Ceará, em alguma medida possam representar esse espaço de possibilidade discutido pela autora, o espaço da criatividade onde a criticidade pode ser aflorada, onde a ordem colonial dos saberes pode ser questionada, em suas palavras: a margem, é um local que nutre nossa capacidade de resistir à opressão, de transformar e imaginar mundos alternativos e novos discursos. (KILOMBA, 2019).

## **Referencias**

- BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. **População do Ceará**. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, v. 2, n. 1, 1890.
- CASTRO-GOMÉZ, Santiago. Ciências Sociais, violência epistêmica e o problema da invenção do outro. In: \_\_\_\_ . **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas**. [S.l.:s.n.], 2005.
- GIRÃO, Raimundo. **Pequena História do Ceará**. 4ª. ed. rev. e atual Fortaleza, Edições Universidade Federal do Ceará, 1984.

- GROSGOUEL, Ramón. **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI\***. Revista Sociedade e Estado – Volume 31. Número 1. Janeiro/Abril 2016.
- HARVEY, David. **Espaço como palavra-chave**. Original: Harvey, D. 2006. Space as a keyword. In: Castree, N. e Gregory, D. (org.) *David Harvey: a critical reader*. Malden e Oxford: Blackwell. Tradução livre: Letícia Gianella. Revisão técnica: Rogério Haesbaert e Juliana Nunes. Dada a formatação de nossa revista, optamos por incorporar a divisão em tópicos presente na tradução francesa (HARVEY, D. 2010. *Géographie et Capital: vers un matérialisme historicogéographique*. Paris: Syllepse).
- KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano**; tradução: Jess Oliveira. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MARTINS FILHO, Antônio. **História abreviada da UFC**. – Fortaleza: Casa de José de Alencar/ Programa Editorial, 1996.
- MARTINS, Oswaldo Evandro Carneiro. **Da negritude no Ceará**. Revista do Instituto do Ceará - ANNO CXVII – 2003.
- MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Território e História no Brasil**. São Paulo, Hucitec/ Annablume, 2002.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. « **O Sertão** », *Terra Brasilis* [Online], 4 - 5 | 2003, posto online no dia 05 novembro 2012, consultado o 19 abril 2020. URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/341>; DOI: 10.4000/terrabrasilis.341.
- MORENO, Alejandro. Superar a exclusão, conquistar a equidade: reformas, políticas e capacidades no âmbito social. In: LANDER, Edgardo. (Org.). **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas**. [S.l.:s.n.], 2005. (Coleção Biblioteca de Ciências Sociais).
- OLIVEIRA, Almir Leal de. **O instituto, histórico, geográfico e antropológico do ceará-memórias, representações e pensamento social (1887- 1914)**. 2001. 189f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula. **Epistemologia do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.
- RATTS, Alecsandro J. P. **Fronteiras invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará**. Dissertação de mestrado em Geografia Humana. São Paulo, USP, 1996. 210 f.
- SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. **A Escravidão do Ceará na primeira metade do Século XIX**. Revista do Instituto do Ceará, v. 6, n. 2, 1984.
- SOBRINHO, Hilário Ferreira. **Reflexões de um negro cearense inquieto com o combate ao racismo no Ceará**. Fortaleza, 2019.
- TINHORÃO, José Ramos. **A província e o Naturalismo** (ed. fac-similar) / Fortaleza: NUDOC. UFC. Museu do Ceará, Arquivo Público do Estado do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

## Entrevista

- ROSERLANDIO, Francisco. (2018). **Entrevista concedida a Maria Yasmim Rodrigues do Nascimento**. Crato/Ceará.

Recebido em: 05 de agosto de 1922.  
Aprovado em: 08 de dezembro de 2023.